

Neoliberalismo e crise da Democracia Representativa: o caso dos Coletes Amarelos

Gabriel Siracusa¹, Iago Rondello²

Trabalho preparado para apresentação no IX Seminário
Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP,
de 6 a 10 de maio de 2019.

¹ gabriel.siracusa@usp.br; doutorando em Ciência Política na USP.

² iago.rondello@usp.br; mestrando em Ciência Política na USP.

Resumo

O trabalho busca analisar, a partir da atual experiência dos “Coletes Amarelos” na França, as relações entre a consolidação do paradigma neoliberal e o diagnóstico de crise da política representativa contemporânea. Após uma caracterização teórica e histórica do neoliberalismo, discutem-se as possibilidades, bem como as características, da ação política contestatória ao domínio neoliberal. A partir de uma leitura dos recentes ciclos de luta desde 2011, e particularmente dos coletes amarelos franceses, argumenta-se que a atual crise da democracia representativa se relaciona diretamente com a expansão das políticas e da racionalidade neoliberais. Além disso, apontamos a experiência dos coletes amarelos como exemplo de construção de alternativas às práticas e concepções neoliberais, configurando, dentro de suas complexidades, a afirmação concreta de uma outra concepção de política.

Introdução

Nos últimos cinquenta anos, dois amplos processos históricos podem ser distinguidos. De um lado, a emergência do neoliberalismo como novo paradigma de concepção e execução de políticas socioeconômicas – mas também como nova tendência de formatação das subjetividades – transformou profundamente as noções sobre economia e sociedade, as práticas da ação pública e as características políticas do sujeito moderno. De outro lado, os descaminhos da democracia representativa: posta em cheque em 1968, esta nunca pareceu se recuperar completamente e ao longo das últimas décadas vem mostrando sinais de progressivo desgaste. Multiplicam-se, nesse contexto, leituras sobre sua crise e esgotamento, bem como sobre a necessidade de alternativas.

Estes dois processos, contudo, não ocorreram de forma isolada. A ascensão neoliberal – o avanço ilimitado da exploração capitalista nas mais diversas partes do mundo e a homogeneização “tecnicista” da gestão estatal, por exemplo – cumpriu e cumpre papel central no esvaziamento da democracia representativa. Buscaremos, aqui, descrever estes processos paralelamente, apontando para os efeitos políticos da neoliberalização em termos de desdemocratização das subjetividades e da vida social. Centralmente, nos debruçaremos sobre as experiências dos movimentos sociais que emergiram nas últimas décadas – em especial os atuais coletes amarelos, na França –, os quais, de forma inesperada em contextos de forte despolitização neoliberal, se opuseram radicalmente às tendências de exploração desenfreada. Como argumentaremos, tais experiências representam, a um só tempo, um sintoma da crise da

democracia representativa e uma alternativa a ela, uma vez que demonstram, concretamente, possibilidades radicalmente novas de afirmar e de fazer a política, contestando um modelo que há décadas vem sendo minado, precisamente, em suas dimensões propriamente políticas.

A ascensão do neoliberalismo

As origens intelectuais do neoliberalismo remontam à primeira metade do século passado. Inicialmente tendo sua força restrita sobretudo a meios acadêmicos, como as Universidades de Chicago, Friburgo e a London School of Economics, é a partir da década de 70 que o neoliberalismo passará a influenciar a concepção e execução de políticas socioeconômicas. Em geral, os primeiros movimentos “neoliberalizantes” são localizados em 1973, com o golpe no Chile e a reestruturação econômica promovida pelos “Chicago boys”, seguido pelos governos de Margareth Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1981). As profundas reestruturações realizadas no sistema financeiro internacional da década de setenta em diante, também, demonstram a emergência de um novo paradigma global de regulação socioeconômica (DARDOT; LAVAL, 2016, pp. 71-73; HARVEY, 2008).

Nos anos 90, o neoliberalismo já era hegemônico e havia se tornado ortodoxia (HARVEY, 2008). Ao longo das últimas décadas, este foi sendo implantado nos mais diversos países, seja por meio do que Naomi Klein (2008) chamou de “Doutrina do choque”, como no caso chileno, seja através dos programas de ajuste estrutural ditados por organismos financeiros internacionais. Nestes casos, as diretrizes seguiam em geral linhas comuns: disciplina fiscal, reformas tributárias regressivas, reversão de nacionalizações, privatização de bens e ativos públicos, desregulamentação da exploração privada de recursos naturais (e da economia em geral), privatização de sistemas de seguridade social, liberalização comercial e financeira, permissão de repatriação de lucros das grandes corporações, entre outras (HARVEY, 2008; PORTELLA FILHO, 1994).

Teoricamente, o neoliberalismo tem sido compreendido de diferentes formas. Abordagens de inspiração marxista, em geral, entendem sua ascensão como o início de uma *nova fase* da história do capitalismo, marcada pela ofensiva das classes capitalistas dos países mais desenvolvidos. Entre as décadas de 60 e 70, segundo esta leitura, o sistema capitalista viveu uma significativa crise de acumulação, com o aumento do desemprego e da estagnação inflacionária, e com o surgimento de crises fiscais em diversos países. O controle da riqueza pelo 1% mais rico despencou nos Estados Unidos, o que, entre outras coisas, levou ao rompimento do compromisso de classe existente. As elites econômicas enxergaram na crise

uma concreta ameaça a seus controles sobre o capital, e iniciaram uma atuação mais vigorosa para garantir a manutenção de suas posições (DUMÉNIL; LÉVY, 2007; 2013). É neste contexto que ganha força a opção neoliberal, que apostava, como saída para a crise, no restabelecimento de liberdades de mercado e comércio, no enfraquecimento da intervenção estatal sobre a economia e na desregulamentação das relações de trabalho, da exploração da terra e dos fluxos de capital (HARVEY, 2008).

A emergência do neoliberalismo, assim, é lida como um reajuste sistêmico do capitalismo, um momento de intensificação da exploração. O aumento da desigualdade que se observou após praticamente todas as experiências de neoliberalização (casos tão distintos como a Rússia, o Leste Asiático, a China, o México, os Estados Unidos) apoiam, em sintonia com o argumento, a compreensão do neoliberalismo como projeto político de classe³. Para a imposição deste projeto, foi central a construção de um “Estado neoliberal” (HARVEY, 2008, p.17): um “aparelho de Estado cuja missão fundamental foi criar condições favoráveis à acumulação lucrativa de capital pelos capitalistas domésticos e estrangeiros”, uma descrição que, no que se refere ao atual governo francês, parece bastante adequada.

O aprofundamento da acumulação permitida pelo Estado neoliberal envolve, centralmente, movimentos de espoliação. A despossessão direta consolida-se como instrumento necessário à acumulação: por todo lugar, o capitalismo neoliberal precisa colonizar, expropriar, destruir e espoliar modos de vida, territórios, práticas locais que sejam alheios a sua lógica. Estruturas culturais e sociais pré-existentes, capacidades, conhecimentos, hábitos e crenças são reprimidos, remodelados para servirem a imperativos de acumulação (HARVEY, 2004). Da água aos transportes, da seguridade social à saúde e à educação, o projeto neoliberal conforma bens e instituições coletivas aos padrões do mercado e aos ditames da concorrência. Regulações que garantiam proteção ao trabalho são alteradas, tornando-o um alvo cada vez mais fácil da exploração. A financeirização consolida-se como meio privilegiado da espoliação, lançando setores imensos das mais diversas populações à “escravidão creditícia” (HARVEY, 2008, p. 174) e redistribuindo regressivamente a renda e a riqueza por meio de especulação e fraude.

O Estado Neoliberal, como se disse, é ator central nesse processo: além das privatizações, cortes de gastos e ajustes fiscais frequentemente afetam as classes mais baixas, enquanto grandes bancos e instituições financeiras são beneficiários de grandes resgates em

³ Nas palavras de Hardt e Negri (2018, p. xviii), o objetivo das políticas econômicas propugnadas pelo neoliberalismo era “reorganizar a produção em direção à acumulação de riqueza e à extração do comum visando fins privados”.

casos de crise. Revisões regressivas de códigos tributários, que beneficiam o retorno a investimentos enquanto elevam impostos sobre o consumo (realidade próxima ao que faz o governo francês), são ainda outro exemplo de como a espoliação se dá atualmente. Ela, em suma, libera campos de atividades e conjuntos de ativos para a aplicação de excedentes de capitais, transformando, assim, âmbitos cada vez maiores da vida em atividades regidas pela lógica do lucro (HARVEY, 2004). É nesse sentido que a espoliação deve ser compreendida como uma dimensão central dos processos de neoliberalização iniciados nos anos 70.

Em paralelo com as compreensões desenvolvidas até aqui, um segundo conjunto de leituras sobre o neoliberalismo traz elementos importantes para pensarmos a crise da democracia representativa contemporânea e os ciclos de lutas que emergiram nas últimas duas décadas. Essas abordagens têm como ponto de partida o pensamento de Michel Foucault do final da década de 70, quando o autor concebeu o neoliberalismo não como uma transformação no sistema econômico, mas como uma alteração fundamental na governamentalidade⁴ liberal, um novo “princípio e método de racionalização do exercício do governo” (FOUCAULT, 2008, p. 142). O neoliberalismo, em Foucault (2008, p. 142), está relacionado ao governo das populações e dos indivíduos. Ele é uma “nova definição do liberalismo, da arte liberal de governar”.

O neoliberalismo, enquanto conjunto de discursos e práticas, realiza uma série de deslocamentos em relação ao liberalismo clássico. Ao invés de enfatizar a troca, e, portanto, a equivalência como característica típica dos mercados, enfoca a concorrência – e a desigualdade como consequência desta. A priorização da concorrência leva à transformação da função do Estado. Se antes este deveria deixar o mercado livre para que a concorrência o regulasse naturalmente, no neoliberalismo a função estatal é promover, ativamente e sempre que possível, situações de mercado concorrencial, mantendo-se ele próprio como um ator competitivo no mercado internacional⁵. Por fim e sobretudo, a teoria neoliberal tende a compreender o trabalhador como também um capital, cuja conduta racional, portanto, é a busca constante pela autovalorização (BROWN, 2015; FOUCAULT, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016).

Essas novas concepções sobre o Estado, a sociedade e os indivíduos influenciaram progressivamente as práticas de empresas e, decisivamente, de Estados. A difusão dessas

⁴ A noção foucaultiana de governamentalidade ou governo – central em cursos como Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica – aponta para a arte de gestão das populações e dos indivíduos. Ao mesmo tempo em que a governamentalidade se impõe exteriormente ao indivíduo por meio de técnicas, práticas e discursos, uma dimensão fundamental do conceito envolve sua internalização em autogoverno pelos sujeitos.

⁵ Buscando garantir-se enquanto um “ambiente atrativo para os negócios”.

concepções e discursos e, sobretudo, a concretização deles em práticas por meio de incontáveis dispositivos neoliberais⁶ levou à emergência do que Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 321) denominaram “uma nova norma subjetiva”. Cristaliza-se, com a generalização das práticas governamentais neoliberais, uma nova racionalidade, um “devir-outro dos sujeitos”, que internalizam as condutas previstas pela concepção neoliberal em processos de subjetivação.

No neoliberalismo, todos os discursos sobre o homem se homogênisam em torno da figura da empresa, que passa a conectar, num todo coeso, o comportamento e a moral individual, social e estatal⁷. O trabalhador não é apenas definido como um capital por novas teorias econômicas, ele é concretamente chamado a se comportar como tal, como unidade empresarial autônoma que deve saber competir e se valorizar (BROWN, 2015). Os indivíduos, cada vez mais expostos a situações de concorrência, passam assim a incorporar um outro padrão de relação consigo mesmo, isto é, um novo padrão subjetivo (DARDOT, 2011).

Emerge assim, ao longo das últimas décadas e em diversas sociedades, a figura do sujeito neoliberal. Exaustivamente submetido às novas técnicas avaliativas personalizadas da gerência; incentivado a buscar “autonomia” no trabalho e a se responsabilizar inteiramente pelos resultados entregues; recompensado com salários cada vez mais individualizados; bombardeado pelo discurso do “empreendedorismo” e pelos incontáveis novos saberes que buscam aperfeiçoar indefinidamente o eu (suas capacidades comunicativas, sua “gestão emocional”, suas performances de todo tipo); provavelmente endividado; com um emprego flexível, desregulado, talvez informal; sem direitos à educação e saúde públicas e de qualidade; empurrado para as periferias das grandes cidades pela especulação e gentrificação. O sujeito “fabricado” pela governamentalidade neoliberal navega entre todas essas condições, mas, confrontado com elas, tende a assimilá-las em termos de uma racionalidade estritamente empresarial – prevendo e evitando riscos, traçando trajetórias de valorização do “capital de si”. Como veremos, tais traços subjetivos não podem senão trazer consequências negativas para a sensibilidade democrática do sujeito político moderno.

⁶ Sobre o conceito de dispositivo, Foucault certa vez o definiu como “um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições [...], decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais [...], em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre esses elementos. [...] Trata de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para desenvolvê-las em certa direção, seja para bloqueá-las, ou para estabilizá-las, ou utilizá-las” (Foucault, 2001, pp. 299-300; In: Teles, 2018, p. 434 – tradução do autor).

⁷ Motivo pelo qual Dardot e Laval (2016) sugerem que, sob o neoliberalismo, a noção de empresa deve ser compreendida como uma ética.

A desdemocratização neoliberal

A relação dos autores e posições neoliberais com a democracia sempre foi problemática. A aceitação de um governo determinado pela vontade da maioria, pelo poder do povo, sempre esteve em relação tensa com imperativos da teoria neoliberal, como a necessidade de garantia e de estabilidade das regras do direito privado. Friedrich Hayek, um dos principais nomes neoliberais, teria afirmado a um jornal chileno, durante a ditadura de Pinochet: “minha preferência pende a favor de uma ditadura liberal, não a um governo democrático em que não haja nenhum liberalismo”. A democracia, afirmava Hayek, era um conceito extremamente problemático, que já havia sido muito abusado e que, se radicalizado, poderia levar a situações de “democracia ilimitada” ou “totalitária”. Outras vertentes do neoliberalismo, igualmente, viram dificuldades em incorporar os princípios democráticos: como veremos, a preferência será por governos técnicos, de “elite”, que garantam a realização das políticas “necessárias” em detrimento das “soluções fáceis” que as maiorias escolheriam (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 184).

Os efeitos da consolidação neoliberal sobre a democracia contemporânea, contudo, vão muito além de embates e dilemas teóricos. A noção de uma subjetivação neoliberal, da expansão de uma razão economizante às esferas heterogêneas da ação humana, apontam para um efetivo processo de esvaziamento das democracias, cada vez mais afetadas pela neoliberalização da vida política (BROWN, 2015).

As análises sobre a emergência do homem moderno em geral se referem, de uma forma ou de outra, a dois amplos processos históricos. De um lado, a ascensão do cidadão, figura máxima da democracia liberal e símbolo da dimensão inerentemente política do ser social. De outro, o indivíduo econômico, regido por interesses individuais e visando sempre à produtividade (que lhe permite o consumo). Autores como Weber, Marx e Polanyi, por razões e de maneiras distintas, descrevem os séculos XVIII, XIX e XX como um processo de progressivo domínio do indivíduo econômico sobre a figura do cidadão. Este processo foi compreendido de diferentes formas, ora como um movimento de expansão da racionalização a todas as esferas da vida humana, ora como a mercantilização da vida política e social, necessariamente levada a cabo pelo desenvolvimento da lógica capitalista (DARDOT; LAVAL, 2016).

Antes da ascensão do neoliberalismo, no entanto, certo grau de pluralidade subjetiva era conservado nos sujeitos, resguardado pelas políticas de bem-estar social, pela força das organizações do trabalho e pela conseqüente limitação aos ímpetos da mercantilização. O

sujeito das sociedades industriais, embora sem dúvida pressionado pelas tendências mercantis, encontrava-se ainda amparado por redes importantes de solidariedade e segurança social. A economização da vida, portanto, não era completa: domínios importantes da existência individual mantinham-se regidos por lógicas alheias à econômica (BROWN, 2015).

Este cenário, no entanto, não se manteve. Com a ascensão das práticas governamentais neoliberais, a “economização” do sujeito político – até então apenas relativa – avançará sem freios. A figura do indivíduo foi se afastando progressivamente daquela do cidadão portador de direitos, e se aproximando da dupla figura do consumidor/empreendedor (DARDOT; LAVAL, 2016). Nas palavras de Brown (2015, p.31):

“[...] a razão neoliberal dissemina o modelo do mercado para todos os domínios e atividades – mesmo onde o dinheiro não está em jogo – e configura exaustivamente os seres humanos como atores de mercado, sempre, apenas e em todo lugar como homo oeconomicus”. (BROWN, 2015, p.31)

Neste contexto, ações como o exercício ou a reivindicação de direitos, outrora compreendidas como eminentemente políticas, passam a ser compreendidas como ações econômicas, regidas por uma racionalidade empresarial. O cidadão se torna um consumidor de serviços a serem providos, idealmente, por entes privados e, no pior dos casos, por um Estado compreendido e gerido, ele mesmo, como uma empresa. Numa situação em que “toda conduta é conduta econômica”, as práticas, a cultura, os sujeitos necessários para a manutenção da democracia representativa, ou para a irrupção de experiências democráticas mais radicais, são sistematicamente minados (BROWN, 2015, pp. 9-10).

Com a erosão das dimensões políticas da vida social, o sujeito neoliberal progressivamente deixa de conceber sua sociedade como construção política e coletiva, para compreendê-la como uma arena onde ele, em sua liberdade, competirá com todos os outros. A democracia perde substância, sendo desfeita a partir de dentro. O sujeito fruto da subjetivação neoliberal torna-se despolitizado, “desdemocratizado” (BROWN, 2015, p.18).

Indiferenciação política, crise e contestação da representação

Com o neoliberalismo transformado em ortodoxia, mesmo forças socialdemocratas, até então identificadas com a esquerda, acabaram implementando (de forma mais ou menos intensa) o receituário neoliberal, no que se convencionou chamar de social-liberalismo ou, mais

recentemente, neoliberalismo progressista⁸. Na época, tal fenômeno foi teorizado como uma terceira via, “nem de esquerda, nem de direita”, e teve forte impacto nos EUA (Bill Clinton) e na Grã-Bretanha (Tony Blair)⁹. Foi se formando uma espécie de consenso “de centro”, caracterizado por Hardt e Negri como “extremismo centrista” (HARDT, NEGRI, 2018 [2017], p. 326-330) e por Chantal Mouffe, como “ilusão do consenso” (2018, s/p). Na prática, contudo, seguiu-se de perto as políticas neoliberais, com a realização, por exemplo, de privatizações e amplas reestruturações do setor público (em nome de padrões mais elevados de eficiência e “governança”). Essas reformas resultaram, previsivelmente, em duros cortes no funcionalismo público e na emergência e difusão de uma concepção prioritariamente técnica da ação pública (DARDOT; LAVAL, 2016).

Mesmo no “ciclo progressista” vivido na América Latina, neste início de século, a mesma questão está colocada: afinal, a inclusão social e a garantia de direitos não ocorreu, principalmente, “através da mediação financeira” e do incentivo a uma “cidadania por consumo” (GAGO, 2018, pp. 9-10)? O acesso ao crédito – e com isso a financeirização e o endividamento de setores mais vulneráveis – não estiveram na base do processo de transformação econômica impulsionado em países como o Brasil? Poderíamos descartar de imediato essas experiências como sendo não neoliberais? Fica evidente, assim, a importância de compreender o neoliberalismo para além do enquadramento das políticas estatais, ou da dicotomia intervenção estatal/Estado mínimo. A consolidação da racionalidade neoliberal é mais profunda, na medida em que o instrumental econômico do neoliberalismo passa a ser percebido como *única alternativa possível* da ação estatal:

“[...] a esquerda pega-se espreitando os sinais precursores de um retorno do pêndulo a uma regulação direta da parte dos governos. Presta pouca atenção ao fato de que esse ‘retorno’ se opera em benefício de um Estado empresarial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 396).

Foi-se consolidando, assim, em sintonia com as indisposições democráticas do neoliberalismo, uma situação objetivamente pós-política (MOUFFE, 2018) e, poder-se-ia dizer, pós-democrática, mesmo nos termos mais mínimos do governo representativo. Os cidadãos – eles mesmos cada vez menos propensos a atuarem como sujeitos políticos – viram-se privados da possibilidade de escolher entre projetos de sociedade realmente diferentes e,

⁸ <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/27/o-fim-do-neoliberalismo-progressista/>

⁹ Mas não só. Como lembra Alain Badiou, na França, a partir de 1982-1983 vemos “uma liberalização financeira sem precedentes, que foi concebida por Bérégovoy e iniciou a inclusão da França no capitalismo globalizado mais feroz” (BADIOU, 2012 [2009], p. 38-39).

assim, de exercer seus direitos democráticos. Diante dessa indiferenciação, aprofundam-se os questionamentos sobre qual o sentido de ir votar e, mesmo, sobre qual a relação dos indivíduos com um sistema político cada vez mais distante e desacreditado. As taxas de absentismo aumentam assustadoramente, somadas à queda na identificação partidária (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 11). A crise da democracia representativa é um movimento de fundo comum a toda a Europa ocidental – e, virtualmente, a todo o Ocidente (MOUFFE, 2018). Perante o esvaziamento da política e a ausência de alternativas programáticas reais, a ação pública limita-se, concretamente, à implementação do mesmo programa: os ditames do capitalismo financeiro neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

O poder do povo, um dos pilares do ideal democrático, é impossibilitado na situação pós-política. São eliminadas as possibilidades de relações agonísticas entre projetos significativamente distintos de sociedade, o que é, afinal, a própria condição para o exercício da soberania popular. Propostas teóricas têm surgido, nesse sentido, para buscar reativar as dimensões políticas da vida social. Mouffe (2018), por exemplo, propõe reativar o caráter agonístico da democracia, traçando e reivindicando a linha divisória entre o povo e as elites, entre “nós” e “eles”, e assim explicitando o caráter eminentemente político das frações sociais e de suas relações. Com isso, espera-se recuperar as bases democráticas perdidas para, após isso, radicalizá-las. Esta estratégia está na base de vários movimentos contemporâneos de disputa eleitoral, como o *Podemos* na Espanha, o *Syriza* na Grécia, o *die Linke* na Alemanha, o *Bloco de Esquerda* em Portugal e o *La France Insoumise* na França. Na Grã-Bretanha, nota-se um movimento, liderado por Jeremy Corbyn, de reorganização dentro do partido trabalhista, que compartilha de forma geral essas ideias. Nos EUA, o mesmo esforço materializou-se na figura de Bernie Sanders e dos socialistas democráticos.

Para além desses recentes movimentos de disputa eleitoral, nas últimas três décadas assistimos à irrupção de novos ciclos de lutas que vêm perturbar a aparente calma do oceano neoliberal. Primeiro em Chiapas, em 1994, e depois com as inúmeras manifestações que acompanharam as reuniões dos organismos financeiros internacionais, observamos a ascensão de lutas contra a espoliação neoliberal (HARVEY, 2004), ou o que Michael Hardt e Antonio Negri descrevem como o surgimento de movimentos multitudinários. Este ciclo específico de lutas se estendeu até 2001, quando perde força diante da guerra ao terror, embora permaneça organizado, anualmente, na forma do Fórum Social Mundial, à procura de uma alternativa contra a globalização neoliberal e por um aprofundamento da democracia.

Em 2008, a crise. Iniciada em 2007, com o colapso dos mercados *subprime*, ela se espalha por todo o sistema bancário internacional. Seu conteúdo real é uma crise de moradia,

o que indica que a precarização gerada pelas políticas neoliberais atingiu seu auge. Os Estados nacionais são mobilizados para despejar dinheiro nas instituições financeiras à beira da falência. Como consequência lógica, segue-se uma crise fiscal profunda, em grandes extensões do globo. Em 2011, novamente, a contestação: novos movimentos aparecem em cena, trazendo consigo as ocupações de praças, parques, grandes marchas, por vezes violentas, desafiando regimes pouco democráticos na África do Norte e no Oriente Médio, mas também na Europa e nos EUA.

Trata-se de movimentos que reivindicam melhores condições de vida, ou apenas a sobrevivência de seus modos de vida contra os ímpetus do lucro; reivindicam, centralmente, uma “democracia real”, e são marcados por grande horizontalidade, por uma profunda desconfiança diante das instituições tradicionais (tanto as do governo representativo, quanto as da “esquerda tradicional”). São múltiplas experiências que prefiguram *em ato* uma política de natureza diferente, distante do poder do Estado, resgatando e afirmando a dimensão política da ação coletiva direta, e procurando criar - no aqui e no agora - regimes mais democráticos de convivência e de partilha do comum. Desafiam de forma surpreendente, assim, a aridez democrática do paradigma neoliberal, e apontam saídas inesperadas e explosivas.

O discurso e a prática do neoliberalismo, a despeito de seu aspecto totalizante, deixam brechas para resistências, assimilações, inversões inesperadas. O poder é sempre uma relação de forças, e a racionalidade neoliberal deve ser compreendida “em suas aterrissagens e ensamblagens com situações concretas” (GAGO, 2018, p. 8). Deve ser observada em suas relações potencialmente explosivas com as “tramas vitais” locais. Somente assim se torna possível compreender como a crise democrática se tornou contestação: não somente levante contra o esvaziamento político e a espoliação neoliberal, mas afirmação, ao mesmo tempo, de práticas políticas e modos de vida radicalmente diferentes e de “formas de subjetivação alternativas ao modelo da empresa de si” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 396). Enquanto os populismos de esquerda procuram retomar a dimensão política das disputas eleitorais, assim, vários movimentos multitudinários emergem e contestam, na prática, a racionalidade neoliberal.

Dos movimentos de 2011 às revoltas do precariado

De fato, a partir de 2011 teve início um formidável ciclo de lutas em escala global que marcou a segunda década de nosso século de forma indelével. Estes movimentos trazem consigo traços de lutas anteriores: desde as lutas de 1968, passando pelo levante zapatista de 1994 e pelas lutas altermundialistas do fim do século passado, e chegando até nós. São

movimentos sem liderança definida, marcados pela democracia participativa e por um repúdio à hierarquia. “Esses movimentos provaram-se aptos a exortar ideais democráticos, a ocasionalmente forçar a implementação de reformas e a pressionar ou mesmo derrubar regimes” (HARDT; NEGRI, 2018, p. 5). Hardt e Negri, porém, não deixam de observar que, em geral, esses movimentos tendem a ter vida curta. Nascerem de forma espontânea e contagiosa, sem planejamento centralizado e muitas vezes sem organização, e logo desaparecem. São como um grito de basta contra a precarização sem fim promovida pelo neoliberalismo. Ocorrem como motins, como ocupações, como ação direta (PINHEIRO-MACHADO, 2018), mas não têm vida longa.

Normalmente, organizam-se em torno de pautas concretas do cotidiano: o preço das tarifas de ônibus, nas jornadas de junho no Brasil (PINHEIRO-MACHADO, 2018), falta de moradia na Espanha, a violência policial em 2016 e o preço do diesel, no ano passado, na França. Por vezes, crescem e viralizam, evoluindo para pautas maiores: o custo de vida, a corrupção, a desigualdade social, os limites da democracia representativa. A vida curta que tem caracterizado essas experiências, para Hardt e Negri, decorre de um problema de organização, uma vez que “formas organizacionais modernas foram destruídas, e substitutos adequados ainda não foram inventados” (HARDT; NEGRI, 2018, p. 12):

“[...] ativistas têm criticado, com razão, a forma como modos de organização centralizados e verticais, que incluem figuras carismáticas, conselhos de liderança, estruturas partidárias e instituições burocráticas, tornaram-se grilhões para o desenvolvimento da democracia e para a participação plena de todos na vida política”. (HARDT; NEGRI, 2018, p. xiv)

Não se deve, contudo, recusar *in toto* as instituições, “banir a verticalidade apenas para fazer da horizontalidade um fetiche”, ignorando “a necessidade de estruturas sociais duráveis”. Ao contrário, é preciso reorganizar “a produção de subjetividade necessária para criar relações sociais duradouras” (HARDT; NEGRI, 2018, p. xiv). Trata-se de recusar tanto o fascínio dos poderes estabelecidos, quanto a “tentação sacrificial do nada”, isto é, negar também a “destruição infecunda” destes poderes (BADIOU, 2012 [2009], p. 16; 22). Assim, duas tarefas se impõem aos movimentos hodiernos: construir organizações sem hierarquia e criar instituições sem centralização.

Nesse sentido, Hardt e Negri não propõem uma recusa da liderança, mas uma inversão da relação política que normalmente liga movimentos horizontais e liderança vertical. Consubstanciada na formulação “estratégia aos movimentos e tática à liderança” (HARDT;

NEGRI, 2018, p. 28), os filósofos defendem que as decisões estratégicas, de longo prazo, devem ser tomadas democraticamente pela multidão, ficando os líderes responsáveis por questões táticas imediatas. Trata-se, assim, de um novo tipo de organização: “a serviço dos movimentos e a eles subordinada” (HARDT; NEGRI, 2018, p. 29).

Sugere-se uma prática prefigurativa, na qual o movimento concretiza agora aquilo que visa construir na sociedade. Em diversos movimentos que fazem da democracia e do anti-autoritarismo seus fundamentos, a participação é “fomentada como antídoto à representação, e a democracia participativa como alternativa à liderança centralizada” (HARDT; NEGRI, 2018, p. 15)¹⁰. Neste sentido, a multidão estaria se preparando para, de fato, ser capaz de tomar decisões concernentes à sociedade como um todo; ficando aos líderes a responsabilidade de resolver questões táticas imediatas. Em outras palavras, o papel dos líderes “[...] deve ser limitado a julgamentos táticos concernentes à forma de aplicação da estratégia social geral durante circunstâncias em mutação, devendo a liderança ser completamente subordinada à multidão e nela submergida” (HARDT; NEGRI, 2018, p. 29). Mandar obedecendo; uma liderança clastriana.

É neste sentido que os autores valorizam experiências como o *Syriza* e o *Podemos*: partidos que se valem, “experimentalmente, de novas relações entre elementos verticais e horizontais”. No entanto, Negri e Hardt alertam contra o perigo populista, isto é, contra o risco de que tais formações políticas se separem de tal modo de sua origem no movimento social, superestimando a importância do poder estatal e, de certo modo, desvalorizando o papel político dos movimentos sociais em seu interior. Seguindo por esse caminho, essas novas experiências estariam mantendo a estratégia nas mãos da liderança e a tática aos movimentos (HARDT; NEGRI, 2018, p. 33-4). De certa forma, foi o que observamos com grande parte das experiências de partidos de esquerda no último ciclo latino-americano.

Uma forma de escapar a essa separação seria negar, na prática, a distinção entre as dimensões/realidades política, econômica e social dos movimentos e de suas demandas, recusando a concepção da esfera política como “autônoma”. Essa mescla seria uma das características mais marcantes do último ciclo de mobilizações:

“[...] no poderoso ciclo de movimentos sociais que se desenvolveu a partir de 2011, muitos desses elementos não somente reaparecem, mas foram desenvolvidos e aprofundados na subordinação de noções relativas à autonomia do político a projetos que entretecem liberação política, econômica e social; na redefinição do poder

¹⁰ Como por exemplo as tentativas feitas pelo Black Lives Matter de combinar organização democrática com eficácia política. Cf. Hardt; Negri, 2018, p. 16-18.

constituente como um processo contínuo de transformação; e na promoção e constitucionalização de uma pluralidade de subjetividades sociais diversas”. (HARDT; NEGRI, 2018, p. 51)

Isto pode ser observado na forma como muitos desses movimentos associam demandas por mais democracia – ou por uma “democracia real” – à luta por melhores condições de vida. Os acampamentos urbanos que se espalharam pelo mundo a partir de 2011 (praça Tahrir, Syntagma, Puerta del Sol, Ogawa, os parques Zucotti e Taksim Gezi, a Cinelândia e o Vale do Anhangabaú) permitiram uma conversão temporária do espaço urbano em espaço comum, caracterizados pelo acesso aberto e por uma gestão democrática e participativa de todos os âmbitos da vida. Ademais, os acampamentos demonstraram sua importância de um outro ponto de vista: ao inverterm o abandono e a opacidade individualista da rotina de trabalho precarizada, imposta pelo neoliberalismo, mostraram concretamente novas práticas de cuidado, novas formas de vida coletiva, novos laços sociais sendo formados aqui e agora, os quais contestam e apontam alternativas à neoliberalização da política, das vidas e dos espaços. Vejamos como isso se materializa na mais recente manifestação desse ciclo de lutas: os coletes amarelos, na França.

“Nós queremos viver, não sobreviver”: os Coletes Amarelos e a crise da Democracia

Em 08 de dezembro do ano passado, uma imagem benjaminiana: manifestantes portando o colete amarelo que os identifica iam se agrupando próximos ao Arco do Triunfo, trazendo consigo uma bandeira francesa com uma data em cada uma das cores: 1789, 1968 e 2018. O fato de os manifestantes se enxergarem como continuidade de 68 não é fortuito e não pode ser ignorado. Nesse sentido, o movimento dos Coletes Amarelos talvez seja, dentre as revoltas recentes, a que melhor expressa as “temporalidades plurais do poder constituente”, pois indica “tanto o poder de ações futuras quanto o potencial acumulado do passado” (HARDT; NEGRI, 2018, p. 52). Futuras, porque ainda que a repressão seja eventualmente bem-sucedida – o que ainda não está dado, pelo contrário –, seus efeitos persistirão¹¹. Do passado, visto que demonstram trazer o acúmulo de lutas anteriores, tanto das mais recentes (Nuit Debout, ciclo de 2011), quanto das mais antigas (1968).

¹¹ É com essa expectativa que gostaríamos de defender a atualidade deste texto, ainda que, porventura, ele seja lido em um momento no qual as manifestações já tenham perdido força ou já estejam no passado.

O movimento dos "coletes amarelos" começou como uma reação ao aprofundamento das políticas neoliberais posto em prática por Emmanuel Macron, o governante dos ricos¹². A retirada do ISF (imposto francês sobre as grandes fortunas), combinada com o aumento no preço do diesel, serviu de fagulha para a multidão ir às ruas. Desde 17 de novembro do ano passado, por 23 sábados consecutivos as cidades francesas foram tomadas por manifestações¹³. Muitos os têm caracterizado como uma revolta popular ou mesmo uma insurreição (NEGRI, 2018a). Diante da amplitude dos protestos, o governo suspendeu e, mais tarde, revogou a elevação do tributo, sem se dar conta de que, àquela altura, as reivindicações já eram outras: a precariedade dos serviços públicos no interior, a depreciação do poder aquisitivo, poucas perspectivas de futuro, a falta de interlocução do establishment político com os eleitores.

De certa forma, suas demandas expõem o recorte de classe do movimento (DARDOT; LAVAL, 2018), formado em sua maioria por assalariados que, portanto, tentam revalorizar o trabalho (NEGRI, 2019). Cerca de dois terços da população aprova o movimento (NEGRI, 2018a), embora alguns cheguem a falar em 80% de apoio¹⁴. O governo, cuja aprovação não chega a 20%¹⁵, tenta responder: aumento do valor do salário mínimo, diminuição de impostos para uma parte das aposentadorias e elaboração de um “grande debate nacional” – dois meses de consultas públicas sobre os mais variados temas¹⁶.

O significado social do movimento está posto de maneira clara e ele conseguiu colocar no centro do debate a questão da justiça social – algo que a esquerda tradicional havia abandonado. Uma multidão “composta por indivíduos de diferentes classes, de diferentes idades, de diferentes opiniões” (DARDOT; LAVAL, 2018), que está se levantando com violência contra a miséria trazida pelas reformas neoliberais. Uma multidão que protesta contra a redução da força de trabalho à condição de precariado e contra as limitações impostas à vida pela insuficiência dos serviços públicos. É um levantar-se contra a miséria e contra “as escolhas feitas pelo banqueiro Macron a favor das classes dominantes” (NEGRI, 2018a) – não à toa, um dos cantos mais entoados durante os protestos é “Macron, démission!”.

Como colocam Dardot e Laval, abrem-se dois caminhos para o movimento: por um lado, a via nacionalista, protecionista, autoritária e antiecológica, seguida por Trump, Bannon,

¹²<http://www.le-chiffon-rouge-morlaix.fr/2016/07/emmanuel-macron-le-candidat-de-l-oligarchie-par-laurent-mauduit-mediapart-11-juillet-2016-habile-pour-l-ete-le-chouchou-de-la-finan>

¹³ O último dia de manifestação registrado aqui foi 20/04/19, o 23º ato.

¹⁴https://www.liberation.fr/debats/2018/12/21/gilets-jaunes-le-ric-comme-revendication-numero-1_1699252

¹⁵ <https://roarmag.org/essays/gilets-jaunes-blown-old-political-categories/>

¹⁶<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/macron-abre-debate-nacional-enquanto-coletes-amarelos-ganham-novo-folego.shtml?loggedpaywall>

Salvini, Le Pen, Bolsonaro, Orban, etc. Trata-se do populismo de direita, que visa se apresentar como uma alternativa às frustrações e aos ressentimentos provocados pelo aprofundamento das políticas neoliberais em todo o mundo. Por outro lado, existe o “caminho democrático, ecológico e igualitário, que se afirmou há décadas em todas as lutas sociais e de resistência ao neoliberalismo, no movimento de justiça global, no movimento das praças, em muitos laboratórios do comum [...]” (DARDOT; LAVAL, 2018).

Ambas as posições têm forte entrada entre os Coletes Amarelos, mas, ao que tudo indica, o movimento tem trilhado o caminho progressista. Ainda que não sem contradições e complexidades, consolidam-se dois principais eixos de reivindicação: diminuição da desigualdade social e luta por uma “democracia real”. Desenha-se, assim, uma clara aliança entre demandas políticas, sociais e econômicas, às quais o populismo de direita não tem respostas. Nesse sentido, os Coletes Amarelos podem ser vistos como um sintoma da profunda crise de legitimação pela qual passa o establishment político e as instituições da democracia contemporânea.

O centro neoliberal está em franca implosão, mas ainda não foram inventadas novas formas institucionais e organizativas. Ainda assim, a recusa do movimento – ao menos da maioria dele – em seguir os caminhos tradicionais tem que ser vista com olhos auspiciosos. A proposta do RIC¹⁷, que visa de certa forma coagular todas as demandas sociais anteriormente apresentadas e propor uma solução para todas elas, vai neste sentido: de recusar as intermediações e retomar o poder para a multidão (NEGRI, 2018a). O movimento compreendeu que a democracia representativa gera uma rachadura radical na sociedade: aqueles que exercem o poder e aqueles sobre os quais ele é exercido (ONFRAY, 2018). Neste espírito, os Coletes Amarelos negam a representação e a intermediação – tanto da direita, quanto da esquerda. Ambos – *la France Insoumise* e *Rassemblement National* – tentam se apropriar desta energia, canalizando-a para o caminho parlamentar, até agora sem obter sucesso. Desagradando teóricos do populismo, o movimento recusa líderes que o encarnem. Retomam, com isso, aquela “reivindicação de horizontalidade radical que se crê própria dos jovens anarquistas românticos dos movimentos *Occupy* ou dos *ZAD*” (RANCIÈRE, 2019).

Embora muitas vezes apontada como uma “falta” do movimento, a recusa em se fazer representar deve ser lida como sua característica mais marcante e potente (DARDOT; LAVAL, 2018). Como vimos, tal recusa é justificada diante da profunda crise de legitimidade pela qual passam governos, políticos tradicionais, a grande mídia e a democracia em geral. Porém, existe

¹⁷ <https://samuelhayat.wordpress.com/2018/12/24/les-gilets-jaunes-et-la-question-democratique/>

ainda algo mais fascinante nesta recusa da representação: sua contrapartida positiva, uma capacidade criativa e instituinte que não pode ser ignorada. Os sujeitos que vão às ruas já há cinco meses acreditam “em sua própria força coletiva para se fazer ouvir e para formular suas reivindicações, [...] a partir das condições insuportáveis vividas por indivíduos reais e até então invisíveis” (DARDOT; LAVAL, 2018). E o fazem por meio da auto-organização de ações de rua, de barreiras e barricadas, de bloqueios e acampamentos nas estradas, de grandes manifestações de rua. E o fazem ainda em reuniões e assembleias em que as reivindicações são, coletivamente, formuladas. Assim, vemos os movimentos sedimentando suas experiências, aprendendo uns com os outros, sugerindo e consolidando novas formas de fazer política. O apelo do movimento é por uma política insurrecional, realmente democrática. O chamado dos Coletes Amarelos de Commercy é exemplar neste sentido:

“[...] O sofrimento, a frustração e a injustiça nunca foram tão generalizados. Agora, por todo o país, centenas de grupos locais se organizam entre si, com maneiras distintas de funcionamento.

Aqui em Commercy, em Meuse, funcionamos desde o início com assembleias populares cotidianas, onde cada pessoa participa igualmente. Organizamos os bloqueios da cidade, das estações de serviço e as *barrages filtrants*. Na sequência, construímos uma barraca na praça central. Nós nos encontramos ali todos os dias para nos organizar, decidir as próximas ações, dialogar com as pessoas e receber aqueles que querem se juntar ao movimento. Nós organizamos também as ‘sopas solidárias’ para viver bons momentos juntos e nos conhecermos melhor. Em plena igualdade.

Mas agora o governo e algumas parcelas do movimento nos propõem nomear representantes por região! Ou seja, algumas pessoas que se tornarão os únicos ‘interlocutores’ dos poderes públicos e sintetizariam nossa diversidade.

Mas nós não queremos ‘representantes’ que acabarão, forçosamente, por falar em nosso lugar!

De que serviria? Em Commercy uma delegação pontual se encontrou com o subprefeito, nas grandes cidades outras delegações encontraram diretamente o prefeito: elas JÁ mostraram nossa cólera e nossa reivindicação. Eles JÁ sabem que estamos determinados a pôr um fim nesse presidente odioso, este governo detestável e ao sistema podre que ambos incarnam.

[...]

Não é para melhor compreender nossa cólera e nossas reivindicações que o governo quer ‘representantes’: é para nos enquadrar e nos enterrar! Tal como acontece com a liderança dos sindicatos, ele procura intermediários, pessoas com quem ele possa negociar. Quem ele poderá pressionar para apaziguar a erupção. Pessoas que ele poderá em seguida cooptar e fazer dividir o movimento, para então enterrá-lo.

Mas isso sem contar com a força e a inteligência de nosso movimento. Sem contar que estamos pensando, nos organizando, melhorando nossas ações que os deixam tão assustados, amplificando o movimento!

E acima de tudo, sem levar em conta que há uma coisa muito importante, que em toda parte o movimento dos coletes amarelos reivindica sob diversas formas, muito além do poder de compra! Esta coisa é o poder ao povo, pelo povo e para o povo. É um sistema novo, onde ‘aqueles que não são nada’, como dizem com desprezo, retomam o poder sobre todos aqueles que se empanturram, sobre os dirigentes e os poderes do

dinheiro. É a igualdade. É a justiça. É a liberdade. Eis o que nós queremos. E isto começa da base!

Se nomearmos ‘representantes’ e ‘porta-vozes’, acabaremos por nos tornar passivos. Pior: iremos reproduzir o sistema e funcionar de cima para baixo, como os crápulas que nos dirigem. Estes auto-proclamados ‘representantes do povo’ que encham os bolsos, que fazem leis que apodrecem nossa vida e que servem aos interesses dos ultra-ricos!

Não coloquemos o dedo na engrenagem da representação e da cooptação. Não é o momento de confiar nossa palavra a um pequeno punhado, mesmo que eles pareçam honestos. Que nos escutem a todos, ou não escutem a ninguém!

A partir de Commercy, chamamos então a criação por toda a França de comitês populares, que funcionem em assembleias gerais regulares. Lugares onde a palavra se liberta, onde ousamos nos exprimir, nos exercitar, nos ajudar. Se é preciso que haja delegados, que seja ao nível de cada comitê popular local dos coletes amarelos, o mais perto da palavra do povo. Com mandatos imperativos, revogáveis e rotativos. Com transparência. Com confiança.

Chamamos também a que as centenas de grupos de coletes amarelos se dotem de uma barraca como a de Commercy, ou de uma ‘casa do povo’, como a de Saint-Nazare, enfim, de um lugar encontro e de organização! E que se coordenem entre si, ao nível local e departamental, em completa igualdade.

É assim que iremos ganhar, pois isso, lá no topo, eles não têm o hábito de administrar. E isso os deixa com muito medo.

Nós não nos deixaremos dirigir. Nós não nos deixaremos dividir, nem cooptar.

Não aos representantes e aos porta-vozes autoproclamados! Retomemos o poder sobre nossas vidas! Viva os coletes amarelos em sua diversidade!

VIVA O PODER AO POVO, PELO POVO, PARA O POVO!”¹⁸

Podemos compreender, a partir deste chamado, o quão profundamente democráticos são os anseios dos Coletes Amarelos¹⁹. Não se trata de desconfiar da representação, mas de rejeitá-la enquanto instrumento por meio do qual “uma minoria se arroga o direito de falar e de agir no lugar da maioria” (DARDOT; LAVAL, 2018), ainda que delegados próximos e submetidos às decisões das assembleias sejam reconhecidos como importantes e, por vezes, necessários. Neste sentido, a ideologia dos Coletes Amarelos imprime-se em sua prática: a rejeição de vanguardas intelectuais, a afirmação da unidade entre o político, o social e o econômico e uma abertura para a democracia múltipla e horizontal (GRAEBER, 2018).

Nada está dado ainda: “nada garante que as possibilidades abertas por essa democracia em ação se realizarão” (DARDOT; LAVAL, 2018). A única saída para a esquerda é seguir transformando esta espontaneidade em organização, mas segundo novos moldes, como o exemplo de Commercy mostra que é possível ser feito. Negri coloca a questão da seguinte forma:

¹⁸ <https://manif-est.info/L-appel-des-gilets-jaunes-de-Commercy-853.html>

¹⁹ A tal ponto que a leitura do documento foi feita por várias pessoas, que se revezaram ao microfone para evitar que se identificasse um ou poucos “representantes” do movimento, como relatam Dardot e Laval (2018).

“[...]se não for transformada em uma organização, a multidão é neutralizada pelo sistema político, ela se torna impotente. O mesmo é válido para sua redução à direita, mas também à esquerda: é apenas em sua independência que esta multidão pode funcionar”. (NEGRI, 2018 – grifos no original)

A multidão autônoma pode funcionar como um contra-poder capaz de forçar o “governo do capital” a conceder “novos espaços e fundos para o bem-estar da sociedade” (NEGRI, 2018a). Ela pode reverter a “saída da democracia” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 12) impulsionada pelo neoliberalismo, afirmando novas normas, condutas e práticas que, resgatando as diversidades política e democrática, minam as bases de sustento neoliberais. O principal sinal dos coletes amarelos enquanto “contra-poder” é, assim, justamente o fato de que o movimento está dizendo “não” e demonstrando, na prática, a impossibilidade de reduzir sua multiplicidade multitudinária ao “um”, à “unidade soberana” de um mecanismo representativo (NEGRI, 2019).

Trata-se, assim, de uma resposta à crise da democracia distinta daquela oferecida pelo populismo de extrema direita - atravessado, em suas diversas manifestações, por uma recusa à integração global e ao pluralismo interno, e por um retorno à ideia de nação marcado por forte xenofobia. As forças da ordem estão dando sua resposta à crise do neoliberalismo, tentando instrumentalizar os movimentos da multidão para garantir sua permanência no poder. O futuro permanece incerto. O que sabemos, porém, é que a democracia representativa e seus ideais e instituições liberais não passaram incólumes pela crise generalizada que vivemos neste início de século XXI. O neoliberalismo contemporâneo interpela uma a uma as bases da democracia liberal, de seus valores e instituições. Une-se ao autoritarismo e ao conservadorismo, desafiando os supostos pluralismo e diversidade das sociedades ditas liberais. O emaranhado de dispositivos de repressão, controle e vigilância, e sua onipresença na vida cotidiana a fim de garantir “segurança”, desafiam o discurso das liberdades individuais e da livre iniciativa, assim como o fazem as crescentes desigualdades sociais. A ordem é o valor máximo.

De seu lado, os movimentos multitudinários que ocuparam praças, ruas e redes, rejeitando as mediações institucionais tradicionais, desafiam a dinâmica representativa e o lugar reservado para as “pessoas comuns” no interior dos processos de decisão. Colocam em cheque, assim, a cisão entre governantes e governados, representantes e representados, elites e povo e desmontam, de um só golpe, o pressuposto de que a unidade última de análise deveria ser o indivíduo auto-interessado e racional, maximizador de bem-estar material. O edifício teórico e prático que sustentou a hegemonia da democracia liberal representativa encontra-se

rachado por todos os lados. Resta saber o que iremos fazer com ele. Se o colocaremos abaixo, a fim de construir novas e melhores instituições. Ou se tentaremos remenda-lo, recuperando um status quo prévio à desenfreada neoliberalização do Estado e da economia.

Bibliografia

- BADIOU, Alain. *A Hipótese Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012 [2009]
- BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015
- CARNEIRO, Henrique Soares. "Apresentação. Rebeliões e ocupações de 2011". In.: *Occupy*. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012
- DARDOT, P. La subjectivation à l'épreuve de la partition individuel-collectif. *Revue du MAUSS*, n. 38, pp. 235-258, 2011.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____.; _____. "Com os Gilets Jaunes: contra a representação, pela democracia". In.: Passa Palavra, 13 de dezembro de 2018.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), pp. 1-19, abr. 2007.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A Crise do Neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GAGO, Verónica.; MEZZADRA, Sandro. "Para una crítica de las operaciones extractivas del capital. Patrón de acumulación y luchas sociales en el tiempo de la financiarización". In: Nueva Sociedad, n. 255, p. 38-52, enero-febrero de 2015.
- GAGO, V. *A Razão Neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.
- GRAEBER, David. "The 'Yellow Vests' show how much the ground moves under our feet". In.: <http://criticallegalthinking.com/2018/12/09/the-yellow-vests-show-how-much-the-ground-moves-under-our-feet/>. 09 de dezembro de 2018. Acesso em 14 de janeiro de 2019.
- GUATTARI, Félix; NEGRI, Antonio. *As Verdades Nômades*. Por novos espaços de liberdade. Tradução de Mario Antunes Marino e Jefferson Viel. São Paulo: Autonomia Literária/Editora Politeia, 2017 [1985]

HARDT, Michael.; NEGRI, Antonio. *Assembly. A organização multitudinária do comum*. São Paulo: Editora filosófica Politeia, 2018 [2017]

HARVEY, D. A acumulação via espoliação. In: _____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HUNTINGTON, Samuel. “The Democratic Distemper”. In: *The American Commonwealth*. New York: Basic Books, 1976

MOUFFE, Chantal. *For a Left Populism*. Londres: Verso, 2018 (versão ebook sem paginação)

NEGRI, Antonio. “French Insurrection”. In.: <https://www.versobooks.com/blogs/4158-french-insurrection>. 08 de dezembro de 2018a.

_____. “O poder constituinte na luta interclassista dos coletes amarelos”. In.: <https://autonomialiteraria.com.br/antonio-negri-o-poder-constituente-na-luta-interclascissista-dos-coletes-amarelos/> . 19 de dezembro de 2018b

_____. “Reflections on the seventh round of the Gilets Jaunes”. In.: <http://www.euronomade.info/?p=11480> . 05 de janeiro de 2019

ONFRAY, Michel. Gilet jaune & Bonnet rouge. In : <https://michelonfray.com/interventions-hebdomadaires/gilet-jaune-bonnet-rouge> . 2018

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. “França está reeditando os protestos de 2013 do Brasil”. In.: *The Intercept*, 04 de dezembro de 2018.

PORTELLA FILHO, P. O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. *Lua Nova*, n. 32, pp. 101-132, 1994.

TELES, E. Governamentalidade algorítmica e as subjetivações rarefeitas. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 140, pp. 429-448, ago. 2018.